

- 1.000 questões gabaritadas;
- De acordo com o edital SES nº 01/2026 para o cargo Especialista em Políticas e Gestão da Saúde - Comum a todas as áreas;
- Organizados por disciplinas e assuntos.

1.000

QUESTÕES PARA **SES-MG**

**ESPECIALISTA EM POLÍTICAS E GESTÃO DA SAÚDE
COMUM A TODAS AS ÁREAS**



Língua Portuguesa
Noções de Direito
Noções de Informática
Legislação do SUS

1.000

QUESTÕES PARA A

SES-MG

COMUM A TODOS OS CARGOS

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo que você revisa a teoria estudada, você pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas para o concurso Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais - SES-MG trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca IBGP organizadora contratada para a realização do certame e um complemento de bancas variadas, Comum a todas as áreas do cargo de Especialista em Políticas e Gestão da Saúde e de acordo com os itens mais relevantes do Edital 1/2026.

Separado em disciplinas de acordo com os assuntos abordados no edital publicado para que você possa treinar tudo o que foi o que foi cobrado e já conhecer o que possivelmente sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra ainda o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	9
→ ACENTUAÇÃO.....	11
→ USO DO HÍFEN	20
→ ARTIGO	20
→ SUBSTANTIVO	20
→ ADJETIVO	21
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS	22
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	29
→ PRONOMES PESSOAIS	30
→ PRONOMES POSSESSIVOS.....	30
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	31
→ PRONOMES RELATIVOS.....	31
→ PRONOMES RELATIVOS.....	32
→ ADVÉRBIO	32
→ PREPOSIÇÃO	33
→ CONJUNÇÃO.....	35
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	43
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO	46
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	52
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	53
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	56
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	57
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	66
→ CRASE.....	68
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	70
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	76
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	82
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	84
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	107
→ GABARITO 	118

NOÇÕES DE DIREITO.....121

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	121
→ DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES - LEI Nº 8.987/1995).....	121
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995)	122
→ FORMAS DE EXTINÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	122
→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021).....	123
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	123
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).	123
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	124
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021).....	125
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021)	133
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021).....	133
→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	134
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	137
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)...	137
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	141
→ MANDADO DE INJUNÇÃO.....	141
→ HABEAS DATA.....	142
→ AÇÃO POPULAR	142
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	143
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	144
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	144
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS	145
→ PERDA DA NACIONALIDADE	145
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	146
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	146
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	147
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	147
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	147
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).	148
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	149
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988)	149
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988)	150
→ INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL (ARTS. 34 A 36 DA CF/1988).....	150
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	150
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	151

→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)	152
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	152
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988)	152
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)...	152
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º A 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	153
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 A 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	154
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 A 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	154
→ DAS REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 23 A 30 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	155
→ DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS (ARTS. 46 A 49 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	156
→ DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 52 A 54 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	157
→ DA ANPD (ARTS. 55-A A 55-M DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)	158
→ DIREITO PENAL - CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	159
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	160
→ CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333 DO CP)	160
→ DESCAMINHO E CONTRABANDO (ARTS. 334 E 334-A DO CP)	160
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP)	161
→ DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (ARTS. 359-A A 359-H DO CP)	161
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	162
→ GABARITO 	162

NOÇÕES DE INFORMÁTICA..... 165

→ INFORMÁTICA - CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO	165
→ PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR	166
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	166
→ BARRAMENTOS, PLACA-MÃE E BIOS	167
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	168
→ CONCEITOS GERAIS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SISTEMAS DE ARQUIVOS	169
→ WINDOWS 10.....	171
→ WINDOWS 11.....	172
→ WORD 2016.....	173
→ WORD 2019.....	173
→ EXCEL 2016.....	174
→ EXCEL 2019.....	175
→ POWERPOINT 2019	176
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	177
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO	178
→ INTRANET E EXTRANET.....	179
→ INTERNET EXPLORER	180
→ MOZILLA FIREFOX.....	181

→ OUTLOOK 2013	183
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	184
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING) ..	185
→ GOOGLE DRIVE.....	186
→ GOOGLE SHEETS.....	187
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	188
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	189
→ FIREWALL E PROXY	190
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.)	191
→ TI - CIÊNCIA DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - CONCEITOS INICIAIS E GERAIS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	193
→ GABARITO 	194

LEGISLAÇÃO DO SUS 197

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)	197
→ DIREITO SANITÁRIO E SAÚDE - DISPOSIÇÃO PRELIMINAR E DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES (ARTS. 4º A 6º DA LEI Nº 8.080/1990).....	208
→ DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES (ART. 7º DA LEI Nº 8.080/1990).....	212
→ DA ORGANIZAÇÃO, DA DIREÇÃO E DA GESTÃO (ARTS. 8º A 14-B DA LEI Nº 8.080/1990)	220
→ DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES (ARTS. 15 A 19 DA LEI Nº 8.080/1990)	221
→ DOS SUBSISTEMAS (ARTS. 19-A A 19-U DA LEI Nº 8.080/1990)	223
→ LEI Nº 8.142/1990 - PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DO SUS E TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS NA SAÚDE	225
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012 - REGULAMENTA O § 3º DO ART. 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	229
→ DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS DO SUS (PORTARIA MS Nº 1.820/2009 E OUTRAS)	231
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE VIGILÂNCIA DA SAÚDE	233
→ DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS.....	233
→ GABARITO 	233

LÍNGUA PORTUGUESA

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (IBGP – 2023) O Novo Acordo Ortográfico trouxe mudanças significativas na escrita de palavras. Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir:

I- Em Portugal, a palavra “acção” passa a ser “ação” como na grafia do Brasil.

II- Em Portugal como no Brasil, mantêm-se o h inicial de palavras como herva e húmido.

III- Nos casos em que a letra c é pronunciada, seu uso poderá ser facultativo como em facto, sector.

IV- O acordo prevê dupla grafia nas palavras proparoxítonas cuja vogal tônica admita mudança de timbre, como em acadêmico ou acadêmico, cômodo ou cómodo.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- a) I e III apenas.
- b) II e IV apenas.
- c) I, II e III apenas.
- d) I, III e IV apenas.

2. (IBGP – 2021) Assinale a alternativa em que a frase está **CORRETAMENTE** grafada.

- a) O mindingo tinha geito de magestade.
- b) O mendingo tinha geito de majestade.
- c) O mendigo tinha jeito de majestade.
- d) O mindigo tinha jeito de magestade.

3. (IBGP – 2021) Assinale a alternativa em que a frase está **CORRETAMENTE** grafada.

- a) O gejum do cafageste não incluía berinjala.
- b) O jejum do cafageste não incluía berinjala.
- c) O gejum do cafajeste não incluía berinjala.
- d) O jejum do cafajeste não incluía berinjala.

4. (IBGP – 2021) Assinale a alternativa em que a frase está **CORRETA** quanto à escrita:

- a) As engenhosas fases se sucederam num ritmo vertiginoso.
- b) As engenhosas fazes se suscederam num ritmo vertiginoso.
- c) As engenhozas fazes se suscederam num ritmo vertiginoso.
- d) As engenhozas fases se suscederam num ritmo vertijinoso.

5. (IBGP – 2021) Assinale a alternativa em que pelo menos uma das palavras deveria ter sido escrita com S e **NÃO** com Z:

- a) Deslize – enraizado.
- b) Gozo – realização.
- c) Frazal – pezado.

d) Vizinhança – dureza.

6. (IBGP – 2021) Assinale a alternativa em que pelo menos uma das palavras deveria ter sido grafada com G e **NÃO** com J:

- a) Jiboia – jeca.
- b) Mirajem – corajem.
- c) Manjeriçao – cerejeira.
- d) Canjica – lojinha.

7. (IBGP – 2021) Leia o Texto para responder a questão.

No hospício, um internado está sentado num banquinho, segurando uma vara de pescar mergulhada em um baude de água. O médico passa e pergunta:

- O que você está pescando?

- Otários, doutor - responde o interno. O médico, rindo, pergunta:

- E já pegou algum?

- O senhor é o quinto.

Disponível em: <https://www.tudoporemail.com.br/content.aspx?emailid=3661>. Acesso em: 20 de agosto de 2021 Adaptada.

Assinale a alternativa que apresenta as palavras grafadas **INCORRETAMENTE** no Texto:

- a) Mergulhada – baude.
- b) Médico – pergunta.
- c) Pescando – responde.
- d) Interno – rindo.

8. (IBGP – 2019) Assinale a alternativa em que todos os vocábulos são proparoxítonas.

- a) Nutróloga – vínculo – periódico.
- b) Contrárias – periódico – influências.
- c) Influências – interferência – vínculo.
- d) Influências – contrárias – nutróloga.

NOÇÕES DE DIREITO

Caro aluno,

Os temas cobrados nesta disciplina não foram abordados em outras provas da banca **IBGP**. Por esse motivo, pensando sempre em não prejudicar seus estudos, disponibilizaremos questões de outras bancas para que você não deixe de conhecer uma possível abordagem dos assuntos que estudou.

Cordialmente,
Nova Concursos

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995)

1. (FCC – 2025) A previsão de fontes de receitas alternativas e acessórias nos contratos de concessão de serviço público regidos pela Lei nº 8.987/1995 também encontra fundamento no princípio

- a) da modicidade tarifária, tendo em vista que se prestam a compor a remuneração da concessionária, com vistas a manter o valor da tarifa cobrada do usuário no menor valor possível, sem prejuízo da qualidade na prestação do serviço.
- b) do desempenho variável, pois garante a possibilidade de reduzir o valor da tarifa na mesma proporção do incremento das receitas alternativas e acessórias.
- c) da eficiência, pois permite aumentar o volume de investimentos em tecnologia, com vistas à melhoria do desempenho e qualidade na prestação de serviços.
- d) da continuidade do serviço público, pois evita que o equilíbrio econômico-financeiro do contrato dependa exclusivamente da tarifa paga pelo usuário e da contraprestação paga pelo Poder Público.
- e) da isonomia, vez que permite a redução do valor da tarifa e da contraprestação paga pelo Poder Público, ampliando, dessa forma, o acesso ao serviço público.

2. (FGV – 2016) Sociedade empresária concessionária do serviço público estadual de transporte intermunicipal coletivo de passageiros deseja, com base no contrato administrativo, reajustar o valor da tarifa, alegando que está defasado em razão dos atuais custos do serviço. O poder concedente, pressionado por manifestações populares, não autorizou o aumento pretendido, argumentando que os serviços devem ser remunerados a preços razoáveis, levando em consideração o poder aquisitivo do usuário para que, por dificuldades financeiras, não seja ele alijado do universo de beneficiários do serviço. Assim, a concessionária ajuizou ação judicial pretendendo obter autorização para o reajuste das tarifas pagas pelos usuários. Instado a se manifestar, o Ministério Público deverá emitir parecer analisando as peculiaridades do caso concreto e levando em conta a harmonização entre os seguintes princípios acima alegados, respectivamente, pelo concessionário e poder concedente:

- a) princípio da continuidade do serviço público e princípio da economicidade;
- b) princípio da exceção do contrato não cumprido e princípio da isonomia;
- c) princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e princípio da modicidade;
- d) princípio da competitividade e princípio da supremacia do interesse público;
- e) princípio da universalidade do serviço público e princípio da segurança jurídica.

3. (FCC – 2016) A Administração pública é regida por princípios que orientam suas atividades. A atuação em alguns setores reclama a incidência de princípios específicos, em geral pela relevância da atividade. Assim acontece com os serviços públicos, que devem ser disponibilizados à população em geral, e com a licitação, dada a obrigação de gerir e empregar os recursos públicos da melhor forma possível. O princípio da

- a) vinculação ao instrumento convocatório fundamenta a vedação a que os licitantes desistam das propostas apresentadas antes da abertura dos envelopes contendo as propostas.
- b) adjudicação compulsória permite ao vencedor da licitação exigir a celebração do contrato após a adjudicação do objeto da licitação, pois constitui direito subjetivo do mesmo.
- c) igualdade dos usuários impede que se estabeleça tarifa diferenciada para prestação do mesmo serviço público a pessoas diferentes.
- d) impessoalidade fundamenta a regra que impede o conhecimento da identidade dos licitantes antes do julgamento objetivo das propostas em todos os procedimentos de licitação.
- e) continuidade dos serviços públicos fundamenta o impedimento da rescisão administrativa unilateral do contrato de concessão de serviço público pelo concessionário.

→ DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES - LEI Nº 8.987/1995)

4. (FGV – 2025) Um município pretende conceder à iniciativa privada a operação e a manutenção de uma estação de tratamento de esgoto, incluindo a ampliação da capacidade de tratamento ao longo de 25 anos. A empresa concessionária será remunerada por meio de tarifas cobradas diretamente dos usuários.

Com base na Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, e considerando aspectos técnicos e econômicos comuns na engenharia de infraestruturas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A homologação e revisão dos reajustes das tarifas é um encargo do poder concedente
- II. A captação, aplicação e gestão dos recursos financeiros necessários à prestação do serviço é um encargo da concessionária.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Caro aluno,

Os temas cobrados nesta disciplina não foram abordados em outras provas da banca **IBGP**. Por esse motivo, pensando sempre em não prejudicar seus estudos, disponibilizaremos questões de outras bancas para que você não deixe de conhecer uma possível abordagem dos assuntos que estudou.

Cordialmente,
Nova Concursos

- c) 1MB
- d) 2MB
- e) 4MB

4. (IBGP – 2021) 4) Um auxiliar educacional de posse de um pen drive com capacidade de 16GB, totalmente vazio, pretende salvar arquivos de 400KB.

A quantidade máxima de arquivos com 400KB que pode ser salva nesse dispositivo EQUIVALE a:

- a) 400.
- b) 4.000.
- c) 40.000.
- d) 400.000.

→ INFORMÁTICA - CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO

1. (FGV – 2025) Um funcionário da AgSUS deseja fazer o upload de 100 arquivos digitais.

Sabendo que cada arquivo tem aproximadamente 5 MB, que a internet contratada tem velocidade de upload de 20 Mbps e considerando que 1 MB = 8 Mb, o tempo para fazer o upload de todos os arquivos será, aproximadamente, de

- a) 1 minuto.
- b) 3 minutos.
- c) 5 minutos
- d) 7 minutos.
- e) 9 minutos.

2. (FGV – 2022) 2) Na tela do Explorador de Arquivos do Windows 10, uma das colunas exibe o tamanho dos arquivos de uma determinada pasta (ou diretório).

A unidade KB, utilizada nesse contexto, é equivalente a

- a) 1024 bits.
- b) 1024 bytes.
- c) 256 bits.
- d) 256 bytes.
- e) 512 bytes.

3. (FGV – 2021) Considere um disco rígido (HD) com capacidade de armazenagem de 1TB, inteiramente vazio, e uma coleção de 500.000 arquivos que devem ser copiados para esse disco. Sabe-se que o tamanho médio desses arquivos é aproximadamente X. Assinale o valor máximo de X para que haja espaço no disco para todos esses arquivos.

- a) 256KB
- b) 512KB

5. (IBGP – 2021) Assinale a alternativa que SE TRATA de um software.

- a) Microprocessador.
- b) Scanner.
- c) Memória RAM.
- d) Editor de texto.

6. (FGV – 2019) Uma regra bastante usada entre as editoras de livros diz que um livro contém 25 linhas por página e 60 caracteres por linha. Suponha que você quer armazenar, na forma de texto não compactado, o conteúdo de quatro livros de 500 páginas contendo apenas texto, e que um dos dispositivos a seguir será usado exclusivamente para essa finalidade.

Assinale a opção que indica o dispositivo que oferece espaço suficiente para a tarefa com o menor desperdício de espaço livre.

- a) Disquete de 360 KB.
- b) Disquete de 144 MB.
- c) CD-R de 650 MB.
- d) DVD-R de 4.7 GB.
- e) Disco rígido de 1 TB.

7. (FCC – 2018) No Explorador de Arquivos do Windows 10, um profissional observou a existência de um pen drive conectado ao computador, onde, dos 64 GB de capacidade total, há apenas 3,2 GB livres. Nessas condições, será possível armazenar nesse pen drive

- a) um arquivo de vídeo de 4294967296 bytes.
- b) um arquivo compactado de 3686 MB.
- c) vários arquivos de texto que totalizam 3704409292 bytes.
- d) vários arquivos de imagem que totalizam 0,0038 TB.
- e) um arquivo de vídeo de 3290443 KB.

LEGISLAÇÃO DO SUS

Caro aluno,

Os temas cobrados nesta disciplina não foram abordados em outras provas da banca **IBGP**. Por esse motivo, pensando sempre em não prejudicar seus estudos, disponibilizaremos questões de outras bancas para que você não deixe de conhecer uma possível abordagem dos assuntos que estudou.

Cordialmente,
Nova Concursos

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOUTRINA) - DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)

1. (FCC – 2025) Relativamente aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, a Constituição Federal estabelece que

- a) compete à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar a Estados, Distrito Federal e Municípios, responsáveis pelos vencimentos dos referidos agentes, com vistas a assegurar o cumprimento dos respectivos pisos salariais.
- b) terão, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somados a seus vencimentos, adicionais de insalubridade e periculosidade, ademais de incentivos, auxílios e gratificações previstos em lei federal.
- c) deverão ser objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal os recursos financeiros repassados a Estados, Distrito Federal e Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos referidos agentes.
- d) serão submetidos ao regime jurídico estatutário, mediante vínculo com o ente federado perante o qual atuarem, cabendo à lei federal dispor sobre o piso salarial profissional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação de suas atividades.
- e) serão admitidos mediante processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, constituindo sua forma de admissão uma exceção à regra do concurso público.

2. (FGV – 2025) Com o objetivo de ampliar as unidades hospitalares destinadas ao atendimento de pacientes em determinadas regiões do país que apresentavam desequilíbrio entre o quantitativo de unidades disponíveis e a respectiva densidade demográfica, foram iniciados estudos no âmbito do ministério competente para identificar as medidas passíveis de serem adotadas para contornar esse quadro.

Ao fim dos estudos, concluiu-se corretamente que, na perspectiva constitucional:

- a) não podem ser adotadas políticas públicas direcionadas à atração de sociedades empresárias estrangeiras, pois é vedada a sua atuação na assistência à saúde no país;
- b) podem ser destinadas dotações orçamentárias específicas, a serem computadas nas despesas públicas com saúde, às instituições privadas que atuem na área, com o compromisso de atendimento às metas estabelecidas;
- c) pode ser ampliado o Sistema Único de Saúde, permitindo que instituições privadas participem de forma complementar, o que exige a edição de convênio, pressupondo a demonstração da convergência de interesses;
- d) podem ser celebrados ajustes de direito público mesmo com instituições privadas com fins lucrativos, visando à sua participação complementar no Sistema Único de Saúde, embora seja vedado destinar-lhes subvenções;
- e) pode ser concedido tratamento tributário diferenciado a empresas ou capitais nacionais e estrangeiros, observado o necessário à construção do equilíbrio entre o quantitativo.

3. (FGV – 2025) Lei estadual de origem parlamentar previu a distribuição gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de análogos de insulina a portadores de diabetes, sem prévia fonte de custeio.

Diante do exposto, é correto afirmar que a referida norma é:

- a) inconstitucional, pois a lei contestada infringe a proibição constitucional de criar, aumentar ou expandir benefícios ou serviços de seguridade social sem a devida fonte de custeio;
- b) constitucional, por não apresentar vício de iniciativa e estar em conformidade com a competência legislativa concorrente dos estados para dispor sobre proteção e defesa da saúde;
- c) inconstitucional, pois a competência é da União para controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e para executar as ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador;
- d) constitucional, do ponto de vista formal, pois o Estado tem competência exclusiva para editar as normas gerais em matéria de saúde pública;
- e) inconstitucional, pois fere as normas relativas ao processo legislativo, já que altera a organização ou a estrutura da administração estadual, conferindo-lhe novas atribuições.

4. (FGV – 2025) O serviço prestado pelas unidades de pronto atendimento do Estado Alfa vinham sendo objeto de críticas da população. Esse estado de coisas fez com que o Chefe do Poder Executivo cogitasse permitir que instituições privadas passassem a participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao consultar sua assessoria em relação a essa possibilidade, foi-lhe corretamente esclarecido que, na perspectiva constitucional,

- a) é vedada a participação de instituições privadas.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO